



Luta armada e Mobilização democrática: os repertórios de ação coletiva da esquerda brasileira durante e após a Ditadura Militar

Leandro Silva Machado dos Santos¹

RESUMO

Entre as décadas de 1960 e 1970, os países do Cone Sul enfrentaram regimes ditatoriais marcados por repressão e violência, mas também por resistência das esquerdas. No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 levou à ascensão de um regime autoritário que durou 21 anos, durante os quais a luta armada se tornou uma das principais táticas de resistência das esquerdas contra a Ditadura Militar. No entanto, o artigo argumenta que a posterior sobrevalorização da luta armada acabou ofuscando outros repertórios de ação coletiva, como as mobilizações políticas de caráter pacífico que, embora não tenham sido plenamente bem-sucedidas, contribuíram para a consolidação de uma democracia menos restritiva e para o combate ao Neoliberalismo. O texto propõe uma análise dessas diferentes formas de mobilização, sem hierarquizá-las, destacando o papel do Movimento Estudantil no pós-Ditadura Militar, utilizando-se do conceito formulado de repertórios de ação coletiva de Charles Tilly (1978).

Palavras-chave: Repertórios de ação coletiva; Luta Armada; Movimento Estudantil.

**Armed Struggle and Mobilization: the repertoires of contention of the Brazilian left
during and after the Military Dictatorship.**

ABSTRACT

Between the 1960s and 1970s, the countries of the Southern Cone faced dictatorial regimes marked by repression and violence, but also by resistance from leftist movements. In Brazil, the civil-military coup of 1964 led to the rise of an authoritarian regime that lasted 21 years, during which armed struggle became one of the main strategies of the left against the Military Dictatorship. However, this article argues that the subsequent overvaluation of armed struggle ended up overshadowing other forms of collective action repertoires, such as peaceful political mobilizations which, although not fully successful, contributed to the consolidation of a less restrictive democracy and the fight against Neoliberalism. The text proposes an analysis of these different forms of mobilization, without ranking them, highlighting the role of the Student Movement in the post-Military Dictatorship period, utilizing Charles Tilly's (1978) concept of repertoires of contention.

Keywords: Repertoires of contention.; Armed Struggle; Student Movement.

¹ Mestrando em História pelo programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo concluído a graduação na mesma instituição (2023). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6193860669696652>. Email: leandro_machado@id.uff.br



1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1960 e 1970, os países do Cone Sul vivenciaram o início dos Regimes Ditatoriais, que perduraram por anos, cada qual a seu modo. No Brasil, em 31 de março de 1964, tanques invadiram o Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente João Goulart, forçando-o ou à prisão, ou ao exílio, opção está prudentemente adotada, ao degredar-se no Uruguai; permitindo, assim, a posse da junta militar no cargo executivo máximo do país. Castelo Branco assumiu o executivo em 15 de abril, se tornando o primeiro general-Presidente de um regime que, se de início não previa a Ditadura, permaneceu de forma autoritária comandando o país por 21 anos. A partir de então, tempos de tortura, censura, perseguição, assassinatos e perda de direitos civis e sociais aos que não aderiram ao governo que autodenominou como “revolucionário”, mas também tempos de resistência e luta contra os arbítrios impostos pelas forças militares.

O golpe civil-militar fortaleceu a tese de que a luta armada seria o único programa político viável às esquerdas, tanto como forma de enfrentamento à Ditadura Militar quanto como meio de deflagrar uma Revolução Socialista. Um posicionamento que rompia com a tática política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que previa um processo revolucionário conquistado em etapas, cuja primeira delas seria através da democratização política, mesmo a custo de alianças com a burguesia (GORENDER, 1987). A guerrilha armada, apesar de derrotada anos depois, ascendeu como “fato emblemático do período” (FICO, 2017, p. 41), tornando-se a tática mais explicitada, e, por consequência, ofuscando outras táticas no debate público e em alguns trabalhos historiográficos. Ademais, a sobrevalorização desse programa político torna difícil o entendimento da própria luta armada, pois não procura-se analisá-la com base nas circunstâncias que a envolveram, mas, sim de forma utópica como vitoriosa em todos os seus aspectos, inclusive atribuindo-lhe propósitos descabidos, como de um movimento em prol da consolidação democrática (AARÃO, 1999).

As mobilizações políticas que se destacaram enquanto projetos hegemônicos nas esquerdas para a instauração e a consolidação democrática, entre a segunda metade da década de 1970 e a de 1990, são subdimensionadas em detrimento de uma mobilização coletiva julgada de maneira inapropriada e passional como a “autêntica” e a “correta” manifestação de esquerda. A produção da memória das ações armadas, por meio de obras autobiográficas e de



testemunhos, durante e após o processo de redemocratização, apresentaram-nas - e foram vistas enquanto tais diante do debate público - como responsáveis pelas lutas que garantiram o retorno ao estado democrático em 1985 (ROLLEMBERG, 2003, p. 3). Ao passo que a esquerda que pautou suas ações políticas por meio da ação democrática nos debates institucionais da política e dos movimentos sociais, em alguns trabalhos e no imaginário social, não obteve o reconhecimento devido da sua ação política em prol da consolidação da democracia e do combate ao neoliberalismo. Pode-se dizer que esses objetivos não foram plenamente alcançados e de que a organização pelas vias institucionais também foi derrotada, mas não se pode negar sua ação política em detrimento de comparações descabidas e de atribuição de propósitos descabidos.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar os repertórios de ação coletiva das esquerdas que se mobilizaram a partir dos anos de 1960. Num primeiro momento, os grupos e subgrupos que se destacaram, sobretudo a partir do golpe e do AI-5, buscavam a ação revolucionária de rompimento com o status quo de maneira abrupta, a fim da construção de socialismo. Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1990, se consolidou nas esquerdas a luta pela consolidação democrática, pela expansão das políticas públicas e pelo combate ao neoliberalismo por vias legais, que reforçavam o papel do Estado. Almeja-se destacar as diferentes formas de mobilização política, recusando-se o grau comparativo entre elas, independentemente de seus resultados, se vitoriosas ou não. O destaque ao Movimento Estudantil ao final do texto serve para ilustrar a ação política da esquerda em um contexto no qual pesquisadores apontam como ausente de mobilização.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o artigo se utiliza do conceito de Repertórios de Ação Coletiva de Charles Tilly (1978), empregado aqui para elucidar as diferentes formas de ação coletiva ao qual os grupos podem adotar para a consecução de seus projetos políticos. Dependendo do contexto histórico, político e cultural, as formas de mobilização sofrerão alterações, portanto, esses repertórios não são estáticos, mas evoluem conforme as mudanças nas oportunidades e restrições políticas, assim como as tradições de luta de cada grupo social. Tais alterações não devem ser hierarquizadas, em respeito às circunstâncias que as constituem, pois as transformações dos repertórios de ação coletiva refletem justamente as mudanças políticas que cercam os grupos (TILLY; TARROW, 2008).



2 PRIMEIRA PARTE: A GUERRILHA ARMADA COMO TÁTICA DE AÇÃO POLÍTICA

O golpe civil-militar de 1964 suscitou algumas manifestações, em geral de forma pacífica, por meio de protestos realizados nas capitais do país. No entanto, os resultados foram nulos, considerando o objetivo principal de resistir ao sequestro do poder. Aliás, tal questão foi tema de grande debate e convulsão nos grupos de esquerda, dividida a partir de então em: os favoráveis a medidas mais duras como forma de combate a nascente Ditadura e os que defendiam propostas mais moderadas. Enquanto estes últimos pautavam a defesa de protestos e ações democráticas organizadas, como manifestações e denúncias, aqueles defendiam a clandestinidade da luta armada como única forma de combate a situação política desencadeada em março de 1964. Ganhou destaque este último, ao passo que o grupo defensor dos combates democráticos entrou para a história como apático e propenso à covardia, entre eles, o mais destacado foi certamente o PCB².

Marcelo Ridenti (2007) destaca que, contrários ao que identificavam como passividade do PCB, alguns indivíduos se organizaram em prol da criação de inúmeras organizações que propunham a luta armada como principal meio de resistência. O historiador resume o perfil daqueles que aderiram à luta armada, apresentando-os como demarcados pelos “privilégios de acesso à educação, saúde, nível de renda, etc.” (RIDENTI, 1993, p. 149). Desse modo, é afirmado que a maioria dos militantes do combate armado originava-se de uma classe privilegiada da sociedade brasileira. Entre esses, encontramos os professores que viviam no mesmo âmbito dos estudantes e compartilhavam com esses a luta pela reforma do ensino. Cabe pontuar que houve ainda a participação de religiosos, profissionais liberais, empresários e artistas. Angélica Muller (2021), por sua vez, chama a atenção para o caráter de gênero desses grupos e para os conservadorismos que os permeava, segundo a historiadora, a maior parte dos participantes da luta armada era composta por homens, que reproduziam comportamentos de repressão à homossexualidade e ao gênero feminino.

Em suma, podemos definir a esquerda que optou pela luta armada nos anos 1960 como formada, em sua maioria, por estudantes e por profissionais liberais com algum grau de

² Em uma clara crítica a essa postura, Jacob Gorender, por exemplo, destaca que os resultados da luta armada poderiam de ter sido exitosos, isto é, de construção do caminho socialista a partir da tomada do poder e abalando a “hegemonia dos Estados Unidos no continente”, se este repertório de ação coletiva tivesse sido adotado no alvorecer de 1964 (GORENDER, 1987, p. 250).



formação. Ainda devemos destacar o caráter racial, pois reconhecendo a pouca pluralidade de cores das Universidades e dos empregos liberais, na década de 1960, podemos concluir que, no geral, as organizações de luta armada eram compostas majoritariamente por pessoas brancas oriundas dos principais meios intelectuais do país. Nesse aspecto, é importante comentar que as Universidades tornaram-se o principal alvo de recrutamento para a adesão à luta armada pelas diversas organizações de esquerda, fato observado pela inteligência militar à época. Na concepção dessa, “os comunistas” utilizavam-se de diferentes técnicas para atrair a “ingenuidade dos jovens”, como “a sedução praticada por mulheres bonitas” para levar os “garotos” para reuniões marxistas. O trote, por exemplo, foi visto como um momento para o recrutamento de guerrilheiros, bem como para a arrecadação de dinheiro para o financiamento das lutas (MOTTA, 2008, p. 55).

Nesse aspecto, cabem alguns questionamentos: por quais motivos estudantes e profissionais liberais, por exemplo, aderiram à luta armada? Um projeto motivado apenas pelo golpe ou podemos reconhecer como um projeto de longa duração? Quais utopias moviam os grupos? Tantos questionamentos que há anos causam debate na historiografia brasileira, cujo processo de análise e de revisionismo por parte dos historiadores se mostrou inesgotável, pois sempre novas conclusões vêm à tona para reacender esse debate ininterrupto.

As primeiras questões são simples de serem respondidas, pois há consenso historiográfico de que a luta armada fora esboçada antes de 31 de março, bem como de que a adesão a mesma não se dava apenas em prol do combate à Ditadura Militar, mas, também, em orquestração à uma tentativa de implantação de uma República Socialista no Brasil. Marcelo Ridenti (2007) nos apresenta que as primeiras movimentações de uma esquerda armada se deram em 1935, nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco, num movimento que, tomando por base Rodrigo Patto (2002)³, podemos caracterizar como uma “quartelada” conduzida por militares de esquerda que aderiram às propostas do PCB e da Aliança Libertadora Nacional (ALN) de um levante socialista aos moldes da Revolução de 1917, que pôs fim às oligarquias do czarismo russo. Porém, somente após 1959 que a tese de uma luta revolucionário socialista, aos moldes de uma guerrilha, ganhou força no Brasil.

³ O historiador destaca como o maior impacto desse movimento o surgimento das primeiras conceptualizações do anticomunismo no Brasil que, posteriormente, dariam a tônica para o golpe de Estado de 1964. (MOTTA, 2002). Nessa mesma linha de pensamento, Lowy destaca que “En ese sentido, la rebelión brasileña de 1935 fue, simultáneamente, el último levantamiento militar inspirado por un partido comunista latinoamericano y el primer paso rumbo a la política de alianza de clase que orientaría el movimiento comunista durante la mayor parte de su historia a partir de la década de 1930 en adelante.” (LOWY, 2006, p. 27)



A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Che Guevara em 1959, gerou um impacto profundo no marxismo latino-americano. Esse evento sinalizou uma nova fase, onde a luta armada e a guerrilha passaram a ser vistas como métodos viáveis de revolução socialista em outros países da região (LOWY, 2006). O sociólogo marxista aponta que, entre as décadas de 1930 e 1950, as perspectivas do marxismo latino-americano eram pautadas no exemplo soviético⁴, na fase intitulada como “A hegemonia estalinista”, que trazia consigo a “teoria de revolução por etapas”⁵. Nesse sentido, a radicalização do processo revolucionário não era um fim a ser atingido naquele momento:

[...] não exige uma solução radical na presente etapa. Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. [...] O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. (Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil (PCB) I. Rio de Janeiro, Comitê Central do PCB, março de 1958, p. 15, 18 apud LOWY, 2006, p. 41).

A partir do exemplo cubano, ganhou força em todo o continente a ideia da “Revolução ininterrupta”, cujo movimento inicial seria construído partindo de uma guerrilha revolucionária, o “foquismo”, onde os primeiros ensaios se dariam no meio rural. Nesta perspectiva, “(...) um grupo de homens bem-armados e preparados poderia deslanchar a revolução a partir de um ‘foco’ militar no campo, localizado em área de difícil acesso para a polícia” (RIDENTI, 2007, p. 25). Denise Rollemberg (2001), destaca que Cuba, de modo a superar o isolacionismo político que a embargava, adotou como tática a exportação do princípio revolucionário. O maior país do continente, obviamente, recebeu atenção especial, na qual as Ligas Camponesas, organizadas desde 1955, receberam apoio de Havana. Portanto, é coerente e factível afirmar que a luta armada não fora desencadeada em virtude do golpe de Estado orquestrado por civis

⁴ Isso não significa a inexistência de contestações a predominância das reflexões oriundas da União Soviética no pensamento da esquerda latino-americana, segundo Lowy (2006), Caio Prado Jr. foi um dos que recusaram alguns dos enfoques oriundos da Europa para pensar o marxismo na América Latina. Especificamente, Caio Prado questiona a tendência a impor o modelo feudal para a situação agrária da América Latina. Além dele, também podemos destacar o chileno Marcelo Segali.

⁵ Florestan Fernandes, ainda durante a Ditadura, refutou a ideia do etapismo que pressupunha a revolução socialista após a fase de uma transição burguesa, porque, para ele, o desenvolvimento capitalista no Brasil já havia avançado o suficiente para integrar o país à dinâmica do capitalismo global. Aliás, Fernandes expõe que a Ditadura Militar demarca o período no qual o país caminhou para um capitalismo monopolista, cujo golpe de Estado serviu para afastar as forças populares do poder. Ele argumenta que a estrutura de dominação no Brasil, baseada nas oligarquias e no subdesenvolvimento, não necessitava de uma transição burguesa para se consolidar. Assim, as condições para uma transformação mais radical da sociedade — uma revolução socialista — poderiam ser amadurecidas diretamente, sem passar pela etapa de uma revolução burguesa, como supunha intelectuais ligados ao PCB.



e militares, pois ela já existia anteriormente à 31 de março⁶. Seja como for, todas as experiências da esquerda armada anteriores à 1964, tendo como objetivo à República socialista, foram um completo fracasso, considerando o plano de deflagração de uma revolução socialista no país; o que se viu foi o contrário: o fortalecimento de uma burguesia de caráter monopolista (FERNANDES, 1976).

O golpe civil-militar acarretou no fortalecimento da tese da luta armada como único programa de repertório de ação coletiva a ser adotado pelas esquerdas, tanto como forma de combate à Ditadura Militar que se seguiu a partir de então, quanto como forma de deflagração da Revolução. Entendimento que ganhou tônica sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (RIDENTI, 1997, p. 21). Algumas ações se destacaram no período, como o planejamento para uma ação incisiva no Uruguai, movimento encabeçado por Leonel Brizola, que, num primeiro momento, recusava a identificação do movimento enquanto foquista, preferindo identificá-lo como fruto de uma “tradição gaúcha”. Rechaça essa logo abandonada, pois foi percebido que seria inviável sem o suporte de Havana. “O apoio aconteceu na forma de treinamento guerrilheiro, agora em Cuba, e em dinheiro”⁷.

[...] as [...] pessoas iam para Cuba achando que voltariam como comandantes guerrilheiros. [...]. Tinha muita mitologia sobre isso, porque os cubanos passaram uma idéia para as organizações da América Latina que você ia lá, passava um período, fazia um treinamento e voltava meio Che Guevara, meio comandante (Entrevista com Domingos Fernandes, concedida a DR. São Paulo, 4 de julho de 2000, fita 1, lado A, transcrição pp. 1 e 2 apud ROLLEMBERG, 2001, p. 43).

Segundo o depoimento de Daniel Aarão Reis, à época militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), era péssima a preparação fornecida pelos oficiais de

⁶ É imprescindível destacar que esta afirmação não pressupõe dizer que a Ditadura Militar fora instaurada como forma de evitar o golpe comunista no Brasil, como tentaram fazer crer alguns historiadores, entre eles Marco Antônio Villa (2014), às posteriores memórias militares, em específico a do militar da “linha dura” Sylvio Frota (FROTA, 2006) e os relatórios do Centro de Inteligência do Exército (CIE) que resultaram no ORVIL, pois, naquele momento, a organização das esquerdas era incipiente para tal, fato conhecido pela inteligência militar. Além disso, adotando-se a perspectiva proposta pela historiografia marxista, podemos afirmar que as motivações militares, e dos civis que os apoiaram, para a deflagração do golpe de Estado eram de natureza econômica em favorecimento a associação do empresariado nacional com o capital internacional e com o alto oficialato militar (DREIFUSS, 1981)

⁷ Sobre essa questão, tomando por base alguns dos militantes que participaram dos planejamentos da guerrilha encabeçada por Brizola, que ocorreria na Serra do Caparaó (divisa entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo), no Mato-Grosso e em Goiás, Rollemberg afirma: que “Essa questão do dinheiro é mais um tabu, entre outros, desta história. Fala-se nela com reservas, embora o próprio Brizola já tenha admitido ter recebido dinheiro de Cuba. No entanto, ninguém parece saber a quantia recebida. Brizola nunca prestou conta do dinheiro nem à Cuba nem aos militantes, fossem dirigentes ou de base (...) Para quem viveu diretamente a experiência na Serra de Caparaó e no Brasil Central, no entanto, a realidade foi de grande escassez, fome constante, falta de dinheiro para o caso de fuga e para compra de remédio.” (ROLLEMBERG, 2001, p.31).



Fidel para a formação de um exército de guerrilheiros rurais. Os treinamentos eram simplórios e não reproduziam as condições rudimentares para a formação e a manutenção de um acampamento no “mato” (ROLLEMBERG, 2001, p. 44). Assim, por esse e outros motivos, como o isolamento e a força do aparato repressivo⁸, é de se imaginar que todas as tentativas de uma guerrilha fracassassem. A experiência da Serra Caparaó, de Brizola, em 1967, após a captura dos militantes, foi desarticulada. O caso mais emblemático foi o da guerrilha rural organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a guerrilha do Araguaia, na divisa dos estados de Tocantins, Pará e Maranhão. A partir de 1966, segundo Ridenti (2007), de forma silenciosa, militantes do PCdoB infiltraram-se no interior do país para deflagrar o processo Revolucionário a partir dali, aos moldes do foquismo cubano. Contudo, em 1972 foram descobertos e, em 1974, massacrados, resultando no assassinato pelas forças militares de cerca de 60 guerrilheiros.

De fato, a estratégia política de construção do socialismo e de derrubada da Ditadura Militar por meio da luta armada foi derrotada. Contudo, não se pode ignorar que, apesar disso, resultou em conquistas políticas que, mesmo não sendo as vislumbradas inicialmente pelos grupos, não devem ser descartadas. Esses combates ajudaram a desgastar a imagem do Autoritarismo Institucional brasileiro, atraindo pressão internacional a situação política do país e atenuaram os efeitos repressivos sobre a vida de alguns militantes políticos. Por exemplo, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, realizado pela ALN e pelo MR-8, resultou na libertação de 15 presos políticos, enquanto do diplomata suíço, Giovanni Bucher, resultou na libertação de 70 pessoas. Embora essa vitória e outras similares tenham sido pontuais⁹, geraram pressão internacional sobre o regime e abriram um precedente para outras negociações semelhantes. Além disso, devemos salientar que elas serviram para a tipificação dos crimes contra a dignidade humana cometidos pelo Estado e para o entendimento de crime político. Mesmo sem conquistar seus objetivos finais — de fim dos Estado ditatorial e de instauração de uma Revolução Socialista — os combatentes influenciaram o discurso sobre resistência ao autoritarismo no Brasil.

Reitera-se de que a discussão apresentada não tem por objetivo atribuir valor aos repertórios de ação coletiva empregada pelos militantes que resistiram ao aparato repressivo da

⁸ Alguns trabalhos, seja pelo caráter pioneiro ou pelo rigor metodológico, se notabilizaram na discussão dessa questão, entre eles: GORENDER, 1987; AARÃO, 1990; RIDENTI, 1993; FICO, 2017.

⁹ Ao todo, os grupos da guerrilha urbana sequestraram quatro diplomatas (Embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick; Cônsul do Japão, Nobuo Okushi; Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben e Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher.), resultando na libertação de 130 presos políticos.



Ditadura por meio de ações armadas, pelo contrário, o foco é rechaçar as atribuições que expõem valores comparativos descabidos que, além de impedirem a compreensão de outros repertórios de ação coletiva, atrapalham a própria análise da resistência, e da adesão e acomodação, durante a Ditadura Militar. A posterior representação do período, sobretudo por meio da filmografia, da literatura e do discurso político, ignorou a busca pelo entendimento e pela apresentação da resistência armada em favor de uma imagem de valorização de um caráter heroico e de vanguarda comportamental e ideológica, apresentando os que pegaram em armas como “construtores” da democracia.

Um estudo do historiador Alex Cassal (2001) nos mostra que, até o início dos anos 2000, já haviam sido produzidos cerca de 40 filmes que, de algum modo, tratavam ou abordavam sobre a luta armada. Nem todas essas produções obtiveram ampla visibilidade. Contudo, a quantidade de obras lançadas em um curto intervalo de tempo sugere que havia uma boa recepção por parte do público; caso contrário, não haveria o apoio comercial significativo que justificasse tal volume de lançamentos. A expressiva produção cinematográfica, aliada ao sucesso das literaturas autobiográficas, contribuiu para consolidar a imagem da guerrilha como um caso emblemático. Além disso, essa representação inseriu a guerrilha não apenas nos debates sobre a Ditadura Militar, mas também nos debates contemporâneos, na medida em que, de algum modo, lhe foi atribuído um caráter de movimento em prol da democracia (ROLLEMBERG, 2003, p. 11). Como consequência, ocorreu o ofuscamento perante ao debate público, que se repetiu em alguns trabalhos acadêmicos, de outros repertórios de ação coletiva igualmente relevantes, tanto daquele período quanto do presente.

Reitera-se que essa representação, em parte, não corresponde à realidade do grupo, e pode ser interpretada como uma forma de exaltar o caráter transgressor dos militantes, que se adiantaram a paradigmas que seriam massivamente debatidos em outro momento. Embora os objetivos dos diretores e roteiristas possam variar, um deles se destaca: apresentar aos telespectadores do presente uma imagem de valentia e nobreza dos militantes que enfrentaram o aparato repressivo com armas em punho, atribuindo-lhes valores que, na verdade, pertencem ao presente. Uma crítica pertinente nesse sentido também é feita por Daniel Aarão Reis, especificamente em relação ao filme *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto, e ao livro homônimo de Fernando Gabeira (1979), que o inspirou, bem como ao livro *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988). O historiador, na continuidade de um debate iniciado em outros livros que soam como uma autocrítica, destaca que essas produções retratam



os jovens revolucionários de forma deslocada, num tom democrático, afirmando: “Reconstroem histórias e as transformam em história” (AARÃO, 1997, p. 38). Essa produção audiovisual retrata os militantes quase como arquitetos de uma nação cuja construção precisava continuar tendo como modelo o planejamento de outrora.

A construção da imagem da guerrilha enquanto modelo de repertório de ação coletivo também deve seu tributo à obra dirigida por Gilberto Braga, *Anos Rebeldes* (1992), inspirada no livro de Zuenir Ventura (1988) e de Alfredo Sirkis, *Os Carbonários* (1980), retratando a trajetória de um personagem que participou da luta armada dos anos 1970. A minissérie, além de apresentar a luta armada enquanto heroica e marcada por transgressões comportamentais, satiriza outros repertórios de ação coletiva, como as peças de teatro. A obra foi transmitida nos mesmos momentos que ocorriam os protestos organizados pela União Nacional de Estudantes (UNE) em prol do impeachment do então presidente Fernando Collor (1990 - 1992), tornando-se aclamada entre os militantes que se mobilizaram nas ruas pela saída de Collor da Presidência da República. Nesse aspecto, a própria diretoria da entidade, à época presidida por Lindbergh Farias, transformou a resistência armada à Ditadura — retratada na dramaturgia — em exemplo que deveria servir de inspiração. Farias levantou a seguinte questão:

Naquela época, havia uma minissérie da TV Globo, chamada Anos rebeldes; aquela história era fantástica! Havia a personagem de Malu Mader, que só queria saber da vida dela, do namorado, de casar. Já a personagem da Cláudia Abreu tinha um sonho, foi para a guerrilha... a turma se encantou pela Cláudia Abreu. (...) O meu discurso era assim: “Pessoal, a juventude e os estudantes desse Brasil já lutaram muito contra a ditadura militar, temos que voltar às ruas”. Era como se a minissérie tivesse dado uma breve aula de história do Brasil para a massa, um negócio impressionante. [...] Aquilo influenciou tanto que as passeatas do impeachment retomaram a história da resistência à ditadura e o papel dos estudantes, foi como se tivesse aflorado de novo a história do movimento estudantil. Acho que essa história mexe com a emoção de qualquer um, principalmente, com os sentimentos dos mais jovens, que querem se entregar com força total (Depoimento concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil (PMME), entre 2004 e 2008, apud MÜLLER; MAIA, 2012, p. 59).

3 SEGUNDA PARTE: A POLÍTICA INSTITUCIONAL COMO TÁTICA DE AÇÃO POLÍTICA

A tese da luta armada ganhou notoriedade como forma de combate à Ditadura Militar, mas vale salientar que não era a única forma de resistência praticada pelas esquerdas. Angélica Muller (2021) destaca a coexistência de duas formas de combate à Ditadura, a primeira é a já comentada luta armada e, a outra, é a resistência pacífica construída nas Universidades por meio



da cultura e das artes¹⁰. Aliás, as duas formas de resistência estavam ligadas, pois muitas das vezes o mesmo indivíduo se dedicava a este programa de resistência e, também, participava da luta armada. Mas, é bom enfatizar que, embora tenham coexistido, o ideal da luta armada para o combate à Ditadura e a deflagração de uma Revolução Socialista era predominante no imaginário político das esquerdas dos anos 1960, pois o combate pela cultura, segundo Muller (2021), era majoritariamente rechaçado no principal polo de recrutamento, o Movimento Estudantil. Somente após a derrota do Araguaia que outras formas de organização passaram a ser valorizadas pela esquerda como tática de combate à Ditadura Militar e de deflagração Revolucionária.

Após as sucessivas derrotas, ocorreu uma reorientação que buscava garantir um espaço nos debates e representações políticas, abandonando a clandestinidade e a ilegalidade, pois a partir de 1974 a redemocratização apareceu no “horizonte de expectativas” do Brasil (ARAÚJO, 2000, p. 115). Há quem entenda o projeto de transição da Ditadura Militar como inicializado na caserna, tendo como marco a ascensão de Ernesto Geisel (1974 – 1979) para o posto de general-presidente com o lema da “Distensão lenta, gradual e segura”¹¹. Maria Paulo Araújo (2000) aponta que as cisões internas nas corporações militares foram responsáveis pela decisão de abertura política, nas quais, conforme apresentado por Maria Celina Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon, em *A volta aos quartéis* (1995), precisaram conter a ala radical que se opunha ao fim da Ditadura. Nesse sentido, tomando por base alguns depoimentos de militares que participaram do regime, os pesquisadores enfatizam que:

[...] o inimigo do governo, ou pelo menos o inimigo a considerar, era a "linha dura", ao passo que a oposição seria o aliado lógico, mas não confiável, com o qual não poderiam contar.

Por todas essas razões, podemos caracterizar a abertura como um projeto que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou

¹⁰ Outro pesquisador a apresentar a questão é Marcos Napolitano, que evidencia em suas pesquisas que a resistência cultural se manifestou por meio do teatro, da teledramaturgia e de outras expressões artísticas, oferecendo uma forma de subversão que transcendia a luta armada. Essas manifestações culturais serviram como importantes veículos de crítica ao regime e de mobilização social, na medida em que tais obras produziam uma reflexão crítica nos telespectadores, o que poderia resultar na redução da aderência ao regime militar. Cf: NAPOLITANO, Marcos. *Vencer Satã só com orações*: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, v. 2, p. 145-176, 2010.

¹¹ Maria Kinzo destaca que “Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o Presidente da República fosse eleito por voto popular” (KINZO, 2011, p. 4). A autora apresenta o processo de transição como demarcado por três fases: a primeira delas entre 1974 e 1979, cujos marcos são a eleição de Geisel, em 1974, e o fim do bipartidarismo, em 1979. A segunda fase compreende o período de 1982 a 1985, na qual ocorreram as eleições gerais em 1982 que formaram os Deputados Federais do Colégio Eleitoral de 1985, responsável pela escolha do sucessor de João Figueiredo, o último dos generais-presidentes. Por último, 1989 que marca a primeira eleição direta para presidente da república.



processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças (CASTRO; SOARES; D'ARAUJO, 1995, p. 39).

A sociedade civil se fez presente de diferentes formas, através dos movimentos sociais e, num segundo momento, entre 1982 e 1985, também por meio da representação partidária, legalizadas desde a Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Maria Paulo Araújo (2000) apresenta o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como um partido de oposição responsável por agregar, dentre outras pautas, o posicionamento político da esquerda. Porém, neste ponto discorda-se da historiadora, pois, embora se reconheça o papel desempenhado pelos deputados de esquerda dentro do MDB, devemos destacar que o MDB, transformado em PMDB, participou desse processo de transição não identificado as lutas políticas das esquerdas, mas orientado as propostas da caserna¹². Enquanto os Movimentos Sociais, como o Movimento Estudantil, encampavam o projeto de uma democracia abrangente e participativa, o partido liderado por Ulysses Guimarães cortejava a restrição do poder nas suas mãos. Em voga o partido esteve presente nas duas propostas distintas de consolidação da transição, uma delas pelas ruas, por meio do voto direto dos eleitores movidos pela euforia das “Diretas Já”, quanto por meio do Colégio Eleitoral. Para a realização deste último, cabia ao partido governista PDS (Partido Democrático Social), antigo ARENA, e ao PMDB negociarem um acordo que lhes garantisse uma transição controlada, pois “Se a oposição não contava com 2/3 da Câmara e do Senado para aprovar a emenda constitucional das Diretas, o PDS, por sua vez, não tinha a maioria simples para aprovar as leis complementares, que exigiam 60% da Câmara, necessários à regulamentação do Colégio Eleitoral” (NERY, 2014, p. 255).

Vencido o projeto de uma “transição por cima” via Colégio Eleitoral, as movimentações políticas tornaram-se mais intensas, enquanto outras surgiram, alterando um pouco mais o curso político planejado pelos militares. O então Presidente do PDS, José Sarney, tentou realizar prévias partidária a fim de decidir o nome para concorrer ao cargo de Presidente da República; porém, um dos candidatos, Paulo Maluf, apoiado por João Figueiredo, recusou o processo democrático a ser realizado no partido. Esse movimento dividiu a sigla governista,

¹² O PMDB nunca se comprometeu com as pautas da esquerda, quando estas circulavam pelo partido eram fruto de ações individuais de deputados pertencentes ao espectro político. A perspectiva aqui adotada em relação a essa questão não é a de negar a importância política dos representantes de esquerda que foram capazes de ecoar as suas pautas dentro do PMDB, mas é a de destacar que este não era representativo das proposições de esquerda, como muitas vezes é veiculado, inclusive na própria memória do partido, como forma de valorização da luta democrática que se opôs à Ditadura. A esquerda em seus diferentes graus de representação precisou disputar contra a pauta política desse partido, que, sobretudo durante a redemocratização, se alinhou aos projetos conservadores e excludentes formulados, inicialmente, no interior da caserna.

consequentemente, bagunçou o “desenho político” dos militares, que viram surgir o Partido da Frente Liberal (PFL), sob a liderança do próprio José Sarney. Este, por sua vez, uniu-se à ala conservadora do PMDB que, representada por Tancredo Neves, “(...) no decorrer da campanha Diretas Já, liderou os segmentos oposicionistas favoráveis à negociação pelo alto para a sucessão presidencial” (*Ibidem*, p. 264). Desse modo, PFL e PMDB formaram a Aliança Democrática.

Como defende parte da historiografia pertinente ao tema, a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney, que contava com nomes como o de Aurelino Chaves, surtiu apoio na ala militar dita moderada. Segundo David Maciel (2014), até mesmo Ernesto Geisel, que permaneceu discreto ao longo de todo o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), aderiu à campanha da Aliança Democrática. Esta foi vista como garantidora de que um “revanchismo” não viria à tona, isto é, de que os crimes cometidos pelos militares ao longo dos 21 anos anteriores não seria objeto de investigação, bem como de que a autonomia militar seria mantida no período democrático. Ou seja, embora o “desenho político” arquitetado pelos militares tivesse sofrido alguns “rabiscos”, de toda forma, teria seus “traços” principais preservados, uma vez que eram representados pela candidatura encabeçada por Paulo Maluf, referendada por Figueiredo, assim como pela representada por Tancredo Neves, simpática aos olhos de Geisel.

Desse modo, podemos afirmar que, assim como a derrota da tese da luta armada ao longo dos anos 1960 e 1970, a esquerda também teve o seu projeto de uma democracia abrangente derrotada ao final da Ditadura Militar e início da Nova República. Precisaram redefinir seus repertórios de ação coletiva para que tivessem ao menos alguma vitória no campo político que se apresentava desfavorável. Manuel Garretón (2002) apresenta um quadro geral da reorganização das esquerdas latino americanas, após o fim dos processos autoritários, como as Ditaduras Militares do Cone-Sul. O sociólogo chileno aponta que as esquerdas — que ascenderam à cena pública, durante e subseqüentemente a instauração democrática nesses países — foram marcadas pelo reconhecimento do Estado enquanto organismo responsável pela consecução de suas propostas. Desse modo, precisavam se fazer representadas nesse Estado para que suas propostas viessem a vias de concretização. Por conta disso, a esquerda dos anos 1980 em diante é acusada de abandono do projeto revolucionário socialista, tendo aderido a um processo de acomodação política.

Além desse quadro, Garretón (2002) também nos apresenta que a esquerda latino-americana, após o encerramento do período autoritário, passou a se organizar politicamente a



partir do reconhecimento identitário. “Para los actores identitarios la referencia principal es a la categoría social a la cual pertenecen [...]” (GARRETÓN, 2002, p. 12). Fato também perceptível na reorientação das esquerdas brasileiras já na década de 1970. Nesse sentido, “A presença desses movimentos na cena política brasileira quebrava o monopólio da atuação contestadora e da condição de esquerda até então nas mãos dos partidos e organizações comunistas. Por mais que, em muitos casos, uma boa parcela de seus militantes fosse oriunda desse campo de esquerda” (ARAÚJO, 2000, p. 127).

4 TERCEIRA PARTE: O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Enquanto movimento que ascendeu a cena política brasileira, após 1979, merece destaque o Movimento Estudantil organizado em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE). Como comentado acima, a transição à democracia idealizada como um processo a ser inteiramente conduzido “pelo alto” falhou, pois, embora os grupos de esquerda não tenham conseguido a conquista do seu ideal revolucionário no Brasil, ou a estruturação da democracia sem o controle das forças conservadoras, ao menos conseguiram se fazer presentes e alterar o curso das resoluções. Desse modo, o “desenho” inicial elaborado pelos militares em parceria, posteriormente, com algumas siglas partidárias, sofreu alguns “rabiscos”, quando as esquerdas, representadas sobremaneira nos movimentos sociais, tomaram parte do processo de forma ativa e propositiva.

Da passeata pelas “Diretas Já”, o Movimento Estudantil esteve presente de maneira mais ativa nos debates da Constituinte que corporificaram a Constituição de 1988. Nas “Diretas Já”, que propunham a eleição direta para a presidência da República, em 1985, segundo Maria Paula Araújo (2007), os estudantes foram talvez o maior conglomerado a participar das passeatas cívicas. O objetivo era claro: pressionar pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 05/1983, popularmente conhecida como Emenda Dante de Oliveira, em virtude de ter sido postulada por esse, um deputado do PMDB. Conforme destacado por Marcos Napolitano, a mobilização dos Movimentos Sociais diante da possibilidade de escolha do novo Presidente da República “servia para aliviar as tensões socioeconômicas e projetar um futuro no qual todos os problemas seriam resolvidos” (NAPOLITANO, p. 308, 2014). No dia da votação, houve grande mobilização por parte dos Diretórios Acadêmicos Estudantil (DCE). Porém, o projeto não obteve a quantidade necessária de votos para seguir ao Senado Federal.



Os movimentos sociais também se fizeram notar durante os debates constituintes iniciados em 1985, estes num primeiro momento realizados sob afastamento das esquerdas que não estivessem condensadas em algum partido político. Aliás, cabe destacar que, dos 559 deputados, apenas 68 eram oriundos de alguma legenda orientada à esquerda (AARÃO, 2018). Com o decorrer das discussões foram incluídos instrumentos jurídicos que permitissem a participação direta do cidadão, por meio das Iniciativas Populares. Projetos que “obtivessem 30 mil assinaturas e fossem encaminhadas por, pelo menos, 3 entidades da sociedade civil”, poderiam ser incorporadas à futura Constituição (*Ibidem*). Desse modo, foi possível expandir os preceitos democráticos para além do que desejava o PMDB, que contava com 303 deputados, com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB/AM), e o com o presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB/SP).

Merecem destaque outros repertórios de ação coletiva do Movimento Estudantil que, ao contrário da luta armada dos anos 1960 e 1970, não tinha mais o projeto Revolucionário como objetivo central, e sim outros propósitos que foram capazes de impactar o curso político do país. Primeiro, com base em Maria Júlia Rodrigues (2021) e Jordana Santos (2018), podemos destacar que as mobilizações e os repertórios de ação protagonizados, durante a década de 1990, eram contrários às políticas neoliberais de privatização da educação e de “desertificação social”, isto é, processo de enfraquecimento ou de destruição de estruturas sociais, econômicas e culturais, resultando em um cenário de precarização, exclusão e esvaziamento de direitos e serviços públicos (ANTUNES, 2022). Em resumo, as principais ações foram: pela redução das mensalidades das instituições de ensino privada, pelo passe livre nos transportes públicos e pela meia-entrada em atrações culturais, em defesa do ensino noturno e da autogestão, pelo Fora Collor, de oposição ao “Provão”¹³, as campanhas da Bienal e a Marcha para Brasília durante o governo FHC. Tais propostas, na avaliação do grupo, eram articuladas para serem conquistadas por meio da ação Estatal, o que corrobora a explanação de Garreton (2002) de que as esquerdas pós-ditaduras se organizavam a partir das políticas públicas.

¹³ O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, popularmente conhecido como Provão, instituído pela Medida Provisória nº 938 de 16 de março de 1995, foi uma prova nacional de avaliação de estudantes universitários, instituída pelo governo federal durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O exame tinha como objetivo medir o desempenho dos alunos em várias áreas do conhecimento, sendo aplicado ao final do curso de graduação. A introdução do Provão gerou ampla resistência, especialmente entre estudantes e movimentos acadêmicos, que viam a avaliação como uma forma de padronização e controle do ensino superior, além de temerem que o exame fosse usado para justificar a privatização e a mercantilização da educação.



Definir os rumos da educação do país era visto como prioritário pelo Movimento Estudantil, que se debatia contra os programas educacionais de orientação mercadológica. Nesse sentido, empenharam-se em campanhas de oposição às políticas públicas pautadas pelo Banco Mundial, que gestava, por exemplo, a “Teoria do Capital Humano (THC) da Escola de Chicago”, cujos “(...) princípios básicos desta teoria — produtividade, eficiência, eficácia e qualidade — se conjugavam com os princípios do modo de produção capitalista, dando uma conotação produtivista à educação”, retirando o papel conjugado pelos grupos sociais (SANTOS, 2018, p. 135). Ou seja, a sociedade não mais gerida em atenção às necessidades sociais, mas, sim, aos ditames corporativistas do mercado.

Segundo Alan Wolfe (1980), se num primeiro momento as economias dos países pobres aderiram ao Neoliberalismo após um golpe de Estado que instituiu uma Ditadura Militar, como no Chile, em 1973, após o Consenso de Washington de 1989¹⁴, o controle se deu por meio da imposição de uma Ditadura do Mercado. Essa se dá por meio da infiltração da política através dos programas político-sociais formulados por Organismos Econômicos, sob a alegação de desenvolver esses países. Nesta mesma linha de pensamento, P. Dardot e C. Laval destacam que o Neoliberalismo é responsável pelo enfraquecimento das instituições tradicionais — responsáveis pela conotação social — em prol da predominância do mercado e da imposição de novos padrões que afetam a forma como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com o mundo: “Ora, com o enfraquecimento das instâncias religiosas e políticas, não existem mais no social outras referências comuns, a não ser o mercado e suas promessas” (DARDOT; LAVA, 2016, p. 359).

Dentro desses princípios formulados, por exemplo, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estava a expansão das instituições de ensino privadas, julgadas como garantidoras da eficiência educacional, ao menos conforme os moldes da Teoria do Capital Humano. Essas instituições, pautadas pela ideia de que o acesso à educação estava atrelado ao preço a ser pago, mantinham suas mensalidades em níveis exorbitantes, definidos pelos ditames do mercado. Em 13 de agosto de 1990, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 207, que tornava livre a negociação de reajuste das mensalidades escolares, isto é, retirava do âmbito do Ministério da Educação a prerrogativa de definir os preços. Ao longo de toda a

¹⁴ Consistiu numa série de recomendações de reformas fiscais e cambiais direcionadas a países credores dos principais bancos e órgãos de investimento mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo por base a obra *Hacia una renovación del crecimiento económico en América Latina* (1986), de Bela Balassa.



década, tal questão esteve em debate, por vezes posta em funcionamento sob outra MP, por vezes sendo revogada em decorrência dos protestos organizados por Movimentos Sociais, em específico o estudantil.

Muitos foram os protestos de estudantes e pais de alunos que sofriam com o abuso nas cobranças e pela falta de garantia em relação ao serviço prestado por estas instituições. A UNE passou a lutar para que as escolas e faculdades privadas fossem regidas pelo Código de Defesa do Consumidor e para que o aumento das mensalidades fosse vinculado ao aumento dos salários, respeitando os índices de inflação. Também havia a questão da fiscalização das instituições de ensino particulares, pois somente o governo poderia cobrar resultados e impor condições para seu funcionamento (SANTOS, 2018, p. 148).

Protestar para que os valores das mensalidades obedecessem a um valor justo, por primeiro era uma forma de evitar a evasão escolar que, à época, não era pequena, uma vez que as mesmas não eram reguladas tomando por base o índice inflacionário do país. Assim, cada vez mais se acentuava o caráter excludente da educação superior, que se revelava acessível somente para os mais ricos. Além disso, lutar por essa questão era uma forma de elucidar para a sociedade os problemas das políticas neoliberais, uma vez que “a sociedade não se importava com a privatização do ensino superior, mas se incomodava com as consequências que acarretava como a questão dos aumentos abusivos das mensalidades” (*Ibidem*, p. 147).

A questão da implantação do ensino noturno, nas Universidades Públicas, também foi uma forte demanda do Movimento Estudantil entre 1989 e 1999. “A falta do ensino noturno nas universidades públicas promovia evasão, os estudantes passavam a procurar as universidades privadas que ofereciam esta modalidade” (*Ibidem*, p. 153). Portanto, podemos dizer que o tema estava relacionado a tornar o ensino público acessível a todos, tornando-o cada vez mais heterogêneo, e não apenas dos abastados, pois o ensino noturno era uma das poucas alternativas aos estudantes trabalhadores. Garretón (2002), ao apresentar o quadro político das esquerdas pós 1980, destaca que a luta pela garantia de políticas públicas deu a tônica às razões à organização e a mobilização da esquerda.

As questões elencadas acima ocorreram, especialmente, na primeira metade da década de 1990, enquanto a campanha contra o “Provão”, as campanhas da Bienal e a Marcha para Brasília ocorreram a partir de 1995, ou seja, já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e durante a estabilização do Plano Real. Antes, contudo, cabe destacar que durante o governo de Itamar Franco (1992 – 1995) houve relativa desmobilização, ao menos ao nível nacional, do Movimento Estudantil. Segundo Jordana Santos (2018), a principal razão foi porque o executivo federal compreendeu a força mobilizadora do mesmo, enxergando-o como



um importante ator político pela queda de seu antecessor Fernando Collor, nesse sentido, o político mineiro permitiu-se a estabelecer um diálogo mais profícuo com o Movimento Estudantil, atendendo com maior simpatia algumas de suas pautas, como a revogação dos artificios legais que permitiam o aumento das mensalidades. Outra demanda atendida “foi a devolução, depois de 14 anos de reivindicação, do terreno na Praia do Flamengo onde funcionou, até a véspera do golpe entidade militar de 64, a sede histórica da entidade” (*Ibidem*, p. 154).

A gestão de Fernando Henrique Cardoso, simpatizante das políticas de orientação neoliberal, baseado na Teoria do Capital Humano, instituiu o Provão. Por meio da medida provisória de Nº 938/95, depois convertida na Lei Federal Nº 9131/95, o governo Federal instituiu o exame nacional de avaliação da qualidade dos cursos superiores. A partir dessa avaliação, aplicada em 1996, as instituições públicas recebiam indicadores e eram classificadas de acordo com a avaliação, em decorrência disso, houve mobilização estudantil contrária a esse modelo avaliativo, uma vez que “o ‘provão’ cumpriu o papel de mostrar para a sociedade uma falsa atuação do governo na esfera do ensino superior, que se deu não pela garantia da qualidade, mas sim, pela conivência com a ausência dela.” (DE PAULA, 2005, p. 1). A avaliação se alinhava ao que P. Dardot e C. Laval (2016) apresentaram como a responsabilização individual provocada pelo Neoliberalismo, pois os resultados dos estudantes, caso fosse alguém do estabelecido, poderiam implicar em prejuízos financeiros às instituições de ensino as quais esses indivíduos eram ligados. Portanto, a “punição” a essas instituições seria fruto simplesmente da falha individual dos discentes das mesmas. Um dos repertórios de ação utilizados pelo Movimento Estudantil, segundo Maria Júlia Rodrigues (2021), foi o de promover o boicote das provas, de modo que isso atrapalhasse os critérios avaliativos.

Além das campanhas, nesse recorte temporal, a UNE também promoveu marchas e caravanas à Brasília, em conjunto com os movimentos sociais, contra as políticas neoliberais de FHC em 1999. (...).

Por fim, outra nova forma de ação que é possível identificar e que foi construída no repertório estudantil ao longo da década de 1990 são as Bienais de Arte, Ciência e Cultura da UNE. A primeira Bienal da UNE aconteceu na cidade de Salvador (BA), em 1999, ano que marcou o vigésimo aniversário de reconstrução da UNE na capital baiana. A ideia da entidade era retomar seu papel de referência no cenário cultural brasileiro: o evento reuniu cerca de 5 mil estudantes, além de diversas personalidades do mundo acadêmico, científico e artístico (RODRIGUES, p. 49, 2021).

Nos anos 2000, é possível localizar estudos acadêmicos brasileiros acerca da tematização juvenil do Movimento Estudantil na década anterior. Um desses trabalhos é o de Andreza Barbosa, que, ao postular sobre o Movimento Estudantil do período, apresenta a



juventude que o compunha como “[...] adeptos do consumismo capitalista e, oriundos, em sua maioria, de classes sociais mais privilegiadas” (BARBOSA, 2002, p. 8).

A pesquisadora ainda os qualifica como desmobilizados politicamente, apresentando algumas razões para tanto. Segundo ela, uma das razões foi “em decorrência das marcas de medo que a ditadura deixou muito fortes nas pessoas que viveram essa época”. Outra questão levantada pela autora era o individualismo da sociedade brasileira, a partir de então, pautada pelo neoliberalismo. Para ela, “os jovens vão às universidades buscando uma formação que lhes permita exercer uma profissão reconhecida e, assim, possam sobreviver e obter êxito pessoal” (*Ibidem*, p. 12), portanto, isso “indica um conformismo e uma passividade de quem já não se vê mais como sujeito da história”. Para Barbosa, os protestos pelo Impeachment de Collor, em 1992, foram a única mobilização que rompeu a apatia que dominava a juventude dos anos 1990. Breno Bringel (2009) também segue essa linha de entendimento.

Uma primeira justificativa desse entendimento de Barbosa (2002) é decorrente da ausência de registros - encontrados por ela - produzidos pelos estudantes politicamente organizados. Porém, como mostrado ao longo desta parte do texto, a esquerda fez-se presente por meio dos Movimentos Sociais, aqui destacado o Movimento Estudantil. Ademais, é importante destacar que as justificativas para Barbosa deslegitimar os repertórios de ação coletiva dos anos 1990 - na medida em que não é capaz de reconhecer as ações do mesmo - não se limitam ao fato dela e seus pares não terem encontrado documentação sobre a movimentação política do grupo. A razão principal é que essas críticas se baseiam na movimentação política dos anos 1960 e 1970, especificamente dos movimentos que se organizaram por meio da luta armada, que, como já comentado, despertaram grande visibilidade social durante e após as ações, não sendo capazes de reconhecer outros repertórios de ação coletiva. Portanto, é impropriedade afirmar que durante o período houve desmobilização de uma esquerda juvenil submissa à individualidade proposta pelo neoliberalismo. Certamente, a pauta política de combate ao Neoliberalismo não foi vitoriosa, pois este avançou como nunca, mas não podemos descartar os novos repertórios de ação coletiva por conta de comparações descabidas que ignoram as circunstâncias de cada período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Se o discurso revolucionário da esquerda, após a redemocratização, já não é mais hegemônico, cujas principais formas de mobilização política transcorrem pelas mobilizações que assumem o caráter de valorização institucional que expõe a esquerda a adesão e a diálogos mais duradouros com as forças políticas conservadoras e hegemônicas, não devemos menosprezá-lo, pois as novas mobilizações também resultam em conquistas. Comparada a outros períodos da história brasileira, sobretudo o compreendido entre 1964 e 1974, pode-se afirmar que não há mais a utopia revolucionária como condição primária de uma esquerda que deseja construir o socialismo, mas a esquerda armada das décadas de 1960 e 1970 também não deve ser vista como este parâmetro comparativo. Afinal, é plausível questionar até que ponto está última tinha a Revolução Socialista como projeto primário, bem como os resultados práticos da ação política de construção do socialismo no país. Tratar esse modo de resistência como emblemático é um erro que, por um lado, sobrevaloriza alguns aspectos da luta, enquanto, por outro, obscurece outras formas de mobilização política ocorridas simultaneamente a tais ações, como as ações culturais, e ofusca os repertórios de ação coletiva sobremaneira adotados na Nova República. Além disso, essa retratação tende a criar objetivos que não correspondiam à realidade do grupo, como a representação de um movimento guerrilheiro em prol da democracia.

Há outras formas de mobilizações políticas que precisaram se adequar às novas demandas institucionais impostas por uma democracia que ressurgiu a contragosto do que almejava a esquerda brasileira. Porém, assim como alguns militantes que pegaram em armas durante a Ditadura Militar sob a crença de que era a única forma de combate ao Estado opressor e para a consecução dos objetivos ideológicos, os projetos de esquerda hegemônicos constituídos pós Geisel tendem a crer que a única alternativa para a consecução de seus compromissos ideológicos se dará através do respeito aos parâmetros democráticos. Portanto, atribuir valor comparativo entre as táticas de ação política dos dois grupos, recaindo a admiração para a esquerda armada dos anos 1960 e 1970, parece ser, no mínimo, inapropriado. Ambos os projetos devem ser compreendidos e analisados dentro de suas circunstâncias políticas, sem que um seja considerado mais ou menos importante do que o outro, inadvertidamente como fazem crer, por um lado, algumas memórias políticas de grupos de esquerda e as representações literárias e audiovisuais e, por outro lado, por meio do obscurecimento de ação, como fazem os trabalhos de Andreza Barboza (2002) e Breno Bringel



(2009). Ambos os projetos políticos foram derrotados em suas premissas basilares, mas outras proposições foram vitoriosas, portanto, não representam uma perda total.

Por fim, a ênfase a reorganização da esquerda por meio de identitarismo de grupo, na década de 1990, têm por fim não sobrevalorizar esse programa de ação política coletiva em detrimento de outros, mas de destacar ações para além das já conhecidas do século XX, mostrando que a movimentação continuou ativa, apesar dos prejuízos a ação coletiva provocados por anos de Ditadura Militar e pelo neoliberalismo. É claro, os resultados políticos podem não ter resultado na efetivação do processo democrático de forma abrangente no país e nem na derrota do projeto neoliberal no Brasil, mas as lutas não podem ser apagadas, como inadvertidamente realizado pelos trabalhos destacados no texto. É preciso reconhecer as circunstâncias políticas de cada momento e buscar compreender o que, como, por que agiram e os resultados das ações, ao invés de atribuímos grau de valores comparativos que ofuscam ou sobredimensionam as ações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS Filho, Daniel. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus: Revista de História*, v. 24, n. 2, p. 25-40, 2018.

AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS Filho, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; et al. (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 31-46.

AARÃO REIS Filho, Daniel. *Versões e ficções. O sequestro da História*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil:(Collor, FHC e Lula)*. Autores Associados, 2022.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias do Movimento Estudantil (1937 – 2007): da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Belume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARBOSA, Andreza, (des)articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90). *Educação: teoria e prática*, v. 10, n. 18/19, p. 5-14, 2002.



BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *EccoS Revista Científica*, v. 11, n. 1, p. 97-121, 2009.

CASSAL, Alex. A solidão do herói: prisão, clandestinidade, exílio e outros isolamentos no cinema brasileiro. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

CASTRO, Celso; SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DE PAULA, Benjamin Xavier; MINTO, César Augusto. Do PAIUB ao PROVÃO: avaliação institucional do ensino superior no Brasil. Resumo de projeto de pesquisa. Disponível em: <https://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_620.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GARRETON, Manuel Antonio. La transformación de la acción colectiva en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 76, abril de 2002.

GOULART, Barbara. O conceito de ação coletiva na obra de Charles Tilly. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 20, n. 1, p. 55-74, 27 Fev 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/20932>. Acesso em: 17 jul 2024.

GORENDER, Jacob; NAS TREVAS, Combate. *A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Combate nas trevas, 1987.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, p. 3-12, 2001.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Introdução. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2. ed., 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi* (Rio J.) vol.9 no.16 Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 71-100, 2008.

MÜLLER, Angélica; MAIA, Felipe. Especial fora Collor - 20 anos. *Juventude. br*, n. 12, p. 52-73, 2012.

MÜLLER, Angélica. O "acontecimento 1968" brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 247-268, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão; et al. (Org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 11-30.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Maria Julia Dias. *Memória em movimento: repertórios de ação e experiências do tempo no movimento estudantil do “fora Collor” às “jornadas de junho”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Jordana. *O Movimento estudantil na “democratização”: crise da era Collor e neoliberalismo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Nova York: Random House, 1978.



TILLY, Charles; TARROW, Sidney. Politique(s) du conflit: de la grève à la révolution. Traduit de l'anglais (États-Unis) par Rachel Bouyssou. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

WOLFE, Alan. O mal-estar do capitalismo: democracia, socialismo e as contradições do capitalismo avançado. In: CHAUI, Marilena et al. A questão da democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/CEDEC, 1980.

Artigo recebido em: 21/09/2024

Artigo aprovado em: 03/12/2024